

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA em união com CUT

Comissão de Mobilização se organiza para garantir acordo com a Reitoria

A diretoria do Sintufjrj convida os integrantes da Comissão de Mobilização (todos os ex-integrantes do Comando Local de Greve com disposição de trabalhar pela conquista das reivindicações da pauta interna) para a reunião na quinta-feira, dia 22, às 9h, no salão do 2º andar da Reitoria, que discutirá a composição das comissões paritárias que negociarão com a Administração Central da UFRJ a assinatura do acordo com o reitor Roberto Leher.

Nesse mesmo dia, os nomes dos integrantes das comissões serão entregues ao reitor durante a sessão do Conselho Universitário que se realizará logo em seguida, na sala ao lado.

PÁGINA 4



Formação dos grupos de trabalho para discutir o acordo nacional

Uma das tarefas da diretoria sindical nesta semana será organizar a agenda para as reuniões dos grupos de trabalhos (GTs) sobre Carreira e Educação (que incluem temas tais como democratização interna nas Ifes e racionalização) visando dar início ao debate de propostas na base da UFRJ sobre os aspectos pendentes do acordo que serão negociados com o governo federal pela Fasubra.

A discussão sobre o aprimoramento da Carreira dos técnicos-administrativos em educação pela Fasubra, Sinasefe, Conif, Andifes e ministérios da Educação e do Planejamento começa ainda este mês e segue até maio de 2016. Existe a possibilidade concreta de a categoria conquistar ganhos nesta segunda etapa de negociações com o governo. Mas para isso será necessário empenho na formulação de propostas para municiar os GTs da Fasubra que sentarão à mesa com as representações ministeriais.

LEIA MAIS A RESPEITO NA PÁGINA 3

Congresso Nacional aprova adesão automática ao Funpresp. Sintufjrj prepara seminário para discutir com a categoria qual posição tomar a respeito da previdência do servidor público. PÁGINA 6

Reunião no Instituto de Neurologia

Na quarta-feira, dia 21, às 10h, no auditório do 3º andar, o Sintufjrj realiza reunião com os trabalhadores da unidade para discutir a seguinte pauta: informes, abono-permanência, ameaça de perda dos 26,05%, resultado da greve e organização por local de trabalho.

Vacinação contra a gripe

O Centro de Vacinação de Adultos (CVA) está vacinando contra a gripe. A campanha vai até o dia 10 de novembro e está aberta à comunidade universitária e aos usuários da UFRJ. Não há restrição quanto à idade. Os interessados devem se dirigir ao prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS), bloco L, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h. O CVA fecha para almoço das 13h às 14h.

DOIS PONTOS

Programação do 3º Sintae

Na segunda-feira, 26, e na terça-feira, 27, será realizado pela Pró-Reitoria de Pessoal a terceira edição do Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação da UFRJ (Sintae). Este ano, ao contrário dos anteriores, não haverá apresentação de trabalhos, mas somente mesas de debates com espaço aberto para os que desejarem expor suas opiniões. Profissionais de outras universidades do país foram convidados para as discussões dos temas. As inscrições para o Sintae é pelo site <http://www.sintae.pr4.ufrj.br>. A participação no evento garante certificado de 20 horas de capacitação.

Programação

1º dia (26/10):

9h – Abertura, com o reitor Roberto Leher e a pró-reitora de Pessoal, Regina Dantas.

10h – Mesa 1: “As experiências dos seminários de divulgação da produção de conhecimento dos técnicos-administrativos em educação”. Participantes: Rita Cavaliere (UFRJ);

Edison Cardoso e Ricardo Trainorri (Simtec/Unicamp) e Paula Fernanda Nogueira Ramalho (UFPR). Mediador: Roberto Leher.

13h – Mesa 2: “Divulgação do conhecimento em publicações eletrônicas”. Lançamento da revista eletrônica *Gestão Pública Universitária*, parceria da Pró-Reitoria de Pessoal e do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Participantes: Pedro Palotti (*Revista do Serviço Público/Enap*); Kátia Andrea Silva (UFMS); Roberto da Anunciação (IFSP); Jaqueline de Castro (UFPB) (E-Book A Gestão Pública na Visão dos técnicos-administrativos em educação); Gustavo Cravo (PR-4/UFRJ) e Miguel Amorim (Sibi/UFRJ) (revista eletrônica *Gestão Pública Universitária*). Mediador: André Chagas Pereira, superintendente de Pessoal da PR-4/UFRJ.

2º dia (27/10):

9h – Mesa 3: “Formação dos técnicos-administrativos em educação: experiências em graduação e especialização”. Partici-

pantes: professora Joana D’Arc de Oliveira (curso de graduação tecnológico em Gestão da Qualidade/UFC); Meri Toledo (curso de especialização Gestão da Universidade Pública Federal/UFRJ e Unirio) e Aline de Souza Marques (curso de especialização em Gestão em Administração Pública/UFF). Mediador: pró-reitora de Pessoal, Regina Dantas.

13h – Mesa 4: “Formação dos técnicos-administrativos em educação: experiências em mestrado”. Participantes: professora Teresa Cristina Carneiro (mestrado em Gestão Pública/UFE e mestrado profissional em Administração Pública (Profiap)); professora Liliam Daisy Gonçalves (mestrado profissional em Enfermagem/UFPR); professora Maria da Salete Barboza de Farias (mestrado profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação/UFPB) e professora Márcia Soares (mestrado à distância em Gestão Pública/UFMG). Mediadora: Ivaneide Grizente, coordenadora de Políticas de Pessoal da PR-4/UFRJ.



A bola vai rolar no Sintufjr

A Coordenação de Esporte e Lazer do Sintufjr informa que no dia 14 de novembro tem futebol amistoso em Casimiro de Abreu para as categorias veterano e feminino. A equipe feminina de futebol contará com ex-atletas do Sindicato, que farão a preliminar. O treino para este jogo será nos dias 5 e 12 de novembro (duas quintas-feiras), às 16h, no campo da Prefeitura da UFRJ, no Fundão. Os interessados devem procurar na entidade os coordenadores Boró, Júlio e Pierre.

Outro amistoso

No dia 7 de novembro será realizado um jogo amistoso em Itacuruçá. Quem desejar participar deve entrar em contato com Valdir Lala, no Centro de Ciências da Saúde (CCS).



Assembleia da Caurj deliberará sobre assuntos do seu interesse. Não falte!

Você que é associado da Caixa Assistencial Universitária do Rio de Janeiro (Caurj) não pode faltar à assembleia estatutária que deliberará sobre assuntos do seu interesse, na quarta-feira, dia 21 de outubro, às 10h, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda e última convocação com qualquer quórum. Local: sala 212 do bloco E do Centro de Tecnologia (CT), na Cidade Universitária da UFRJ (Fundão). Pauta: revisão do estatuto, esclarecimentos sobre as notificações da ANS e assuntos gerais.

A Caurj foi criada na década de 1990 para atender os servidores da UFRJ, funcionando pelo sistema de autogestão. Mas a atual política que rege a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quer cobrar da Caurj como se ela fosse uma grande empresa de plano de saúde privado. Por isso a sua presença nesta assembleia é muito importante.

Nova diretora da Adufrj assume a entidade

A preocupação em construir “uma pauta democrática” e em melhorar a circulação de informações interna e externamente sobre os docentes e a universidade deram a tônica do discurso de posse da nova presidente da Adufrj, Tatiana Roque. Com os demais diretores, ela assumiu a direção da Seção Sindical na noite de quinta-feira, 15, Dia dos Professores, para cumprir mandato de 2015 a 2017. O reitor Roberto Leher e os coordenadores do Sintufjr Francisco de Assis, Milton Madeira e Nivaldo Holmes estiveram presentes.



Fotos: Renan Silva

CLAUDIO Ribeiro cumprimenta Tatiana Roque, que assumiu seu lugar na presidência da entidade, sob os aplausos dos novos diretores Fernando Santoro e Gustavo Arantes

Terceirizados sem salário protestam

Organizados pela Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr), os contratados da empresa Venturelli Serviços (porteiros, almoxarifes e faxineiros), com salários e benefícios atrasados, realizaram na quinta-feira, dia 15, pela manhã, manifestação em frente ao prédio da Reitoria.

A Attufjr informou que o pessoal da limpeza está há dois meses sem receber pagamento, tíquete-alimentação e vale-transporte. Já os almoxarifes e porteiros protestaram porque não sabem quando será pago o salário do mês de setembro. Esses terceirizados atuam em vários prédios da universidade, entre os quais o CT, CCMN, Prefeitura Universitária e Coppead.



I Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho

A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (Cissp) da Prefeitura Universitária realiza a I Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho da Prefeitura Universitária (I Sipat/PU) de 26 a 29 de outubro, no auditório do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Iesc), com uma extensa programação, entre mesas-redondas e palestras.

Atuação dos GTs pode garantir ganhos à categoria

A luta não se encerrou com o fim da greve. A hora é de arregaçar as mangas para retomar às atividades e também para compor os grupos de trabalho e comissões locais que darão continuidade ao debate de importantes itens do acordo assinado pela Fasubra e pelo governo e do acordo que o Sintufjrj espera assinar com a Reitoria da UFRJ.

Acordo nacional

O acordo assinado entre o Comando Nacional de Greve da Fasubra e o governo no dia 6 de outubro prevê reajuste para agosto de 2016 de 5,5% e em janeiro de 2017, de 5%; reajuste de benefícios a partir de janeiro de 2016 (para o auxílio-saúde, 22,8%, diferenciado por idade e faixa salarial; para o auxílio pré-escolar, hoje com valores variáveis de R\$ 66,00 a R\$ 95,00, R\$ 321,00; e para o auxílio-alimentação, que passa de R\$ 373,00 para R\$ 458,00).

Para além da repercussão econômica – que de um lado pode ser considerada pequena e por outro minimiza perdas –, a categoria obteve avanço, como dizem as lideranças “por dentro da Carreira”. E isso não se resume ao aumento de 0,1% do step na tabela em 2017, que poderá representar até mais 5% nas classes mais altas.

Além de editais para implementação de duas mil vagas de graduação e mais duas mil vagas de especialização para os trabalhadores técnicos-administrativos em educação no primeiro semestre de 2016, e aspectos importantes referentes à democratização, capacitação e assédio moral, entre outros itens, o acordo prevê que, até maio de 2016, estará fechada a discussão sobre o aprimoramento da carreira, envolvendo temas como racionalização e a capacitação.

Aprimoramento da Carreira – A discussão tem início ainda este mês entre as representações da Fasubra, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), da Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e dos ministérios da Educação e do Planejamento.

A intenção é contemplar tópicos como atualização das atribuições de cargo e dos requisitos de ingresso e racionalização (unificação, criação e extinção de cargos).

Dimensionamento – A portaria que estabelece o Modelo de Composição do Quadro de Servidores Técnicos-Administrativos em Educação (dimensionamento de pessoal e



FÁTIMA DOS REIS, coordenadora de Relações Jurídicas da Fasubra e integrante do GT- Carreira e da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do MEC

Para que isso ocorra, a categoria terá que atuar firme nos debates organizados pelos sindicatos sobre os itens em questão, para aprovação de propostas consistentes que serão levadas aos GTs

Quais as repercussões dos aspectos do acordo em discussão?

Segundo Fátima dos Reis, coordenadora de Relações Jurídicas da Fasubra e membro do GT- Carreira e da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do MEC, o aprimoramento permitirá mudar atribuições de cargos e exigências para ingresso, entre outros aspectos alvos de reivindicações há mais de 10 anos.

“O importante é a gente fazer, até maio de 2016, o aprimoramento da Carreira”, apontou ela, que também destacou a questão da democratização: “Conseguimos que o processo (para escolha de reitor) comece e se encerre na própria instituição de acordo com a autonomia universitária. Se o conselho (Conselho Universitário) determinar que será por voto paritário, não precisa de autorização de ninguém, porque a autonomia universitária autoriza isso e o envio (ao MEC) de uma lista uninominal. Antes era preciso mandar três nomes”.

Outro ponto, a seu ver, fundamental no acordo é o dimensionamento da força de trabalho. “É importante porque hoje a gente sabe que o quadro de pessoal está muito aquém da necessidade. Vamos discutir critérios de dimensionamento, quais variáveis devem ser conside-

radas e o modelo de alocação de vagas entre as instituições”.

Fátima lembra ainda que o aprimoramento, embora não implique ganhos financeiros imediatos, resultará, mais adiante, em revisão da carreira, que pode, sim, repercutir financeiramente.

“O que chamamos de racionalização, o mundo está aberto (de perspectivas) para a gente fazer o que a gente chama de aprimoramento, ou seja, verificar o que há hoje e o que precisa ser criado. Por exemplo no que toca ao nível de capacitação. Vai até o nível IV (portanto, são três, já que o servidor ingressa no I). Com quatro anos e meio, ele já pode chegar ao nível IV. Temos que ampliar esses níveis, e isso pode trazer ganho financeiro. Os padrões de vencimento hoje são 16, e se chega com menos de 30 anos ao topo da tabela. Isso tem que ser revisto, e é um dos itens que entra no rol do aprimoramento da Carreira. E pode trazer ganhos também.”

“Aprimorar é pegar o Plano de Carreira e dissecar: ver o que está funcionando e o que precisa ser mudado e como pode ser mudado. Revisar o plano e aprimorar, trazer

para a realidade de tal forma que atenda às necessidades do trabalhador. Porque se o plano não é aprimorado, fica obsoleto rapidamente. E temos até maio do ano que vem para fechar um projeto. O debate sobre isso com a categoria vai ser aberto agora”, explica as diferenças a coordenadora da Fasubra.

Participação nos debates é fundamental

A direção da Fasubra se reúne nos dias 22 e 23 de outubro para definir calendário e metodologia de discussão do aprimoramento da Carreira para fazer o debate na base, informou Fátima.

“Se há ou não boas perspectivas, vai depender da nossa luta. As direções dos sindicatos não podem dormir em berço esplêndido. Vai ser um período de efervescência grande e de grande produção, porque temos que produzir propostas. Essa é a fase de debates de definição de propostas. Uma fase rica de discussão da qual a categoria não pode ficar de fora, tem que estar atenta, pois na hora que for chamada pelo sindicato para debater, tem que dar respostas, tem que comparecer e contribuir com o debate”, alertou Fátima.

matriz de distribuição de vagas) será emitida 60 dias após a finalização da discussão entre o MEC e a Fasubra.

Democratização – O MEC fará gestão para assegurar a autonomia das Ifes no que se refere ao processo

e escolha e indicação uninominal para nomeação de dirigente e estabelecerá processo de debate sobre democratização com participação ampla de governo e das entidades representantes dos trabalhadores,

estudantes e dirigentes das Ifes.

Assédio moral – Até abril de 2016 há o compromisso de realização de seminário nacional conjunto com Fasubra, Sinasefe, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensi-

Sintufjrj vai definir calendário

Na última assembleia da greve, no dia 8 de outubro, a direção do Sintufjrj lembrou da importância da manutenção da Comissão de Mobilização – proposta aprovada pela maioria – para continuidade da negociação da pauta interna com a Reitoria e também para a organização dos grupos de trabalho (GTs), em particular os de Educação e Carreira, para o debate sobre democratização e aprimoramento da Carreira.

“Na nova redação que será dada para a racionalização, a interpretação será a da Fasubra. Este será o debate central que a Fasubra fará com o governo até maio”, disse o coordenador-geral do Sintufjrj Francisco de Assis, o que justifica a importância dada aos grupos de trabalho.

“Esta semana vamos fechar uma agenda dos grupos de trabalho e de reuniões setoriais, vamos começar a dar tratos a isso. Teremos reuniões das subcomissões (da pauta interna) e também dos GTs Carreira e Educação, já que teremos pontos de discussão sobre democratização da universidade e da nova forma de racionalização”, acrescentou.

no Superior (Andes), Proifes (representante de categorias do magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico), Andifes, Conif e MEC para debater assédio moral e outras formas de pressão nas Ifes.

PAUTA INTERNA

Reitoria assina compromisso de criar as comissões paritárias

Sintufjr realiza reunião na quinta-feira, dia 22, às 9h, no salão da Reitoria, para definir composição das comissões

A pauta interna de reivindicações – cujos eixos principais são: adoção dos turnos contínuos, combate ao assédio moral, valorização dos técnicos-administrativos em educação, democratização da universidade, autonomia, localização do Centro de Convivência, políticas de saúde do trabalhador e política de combate à terceirização – foi debatida pela Comissão de Mobilização e pela Reitoria no dia 21 de setembro. O resultado dessa reunião foi a constituição de comissões paritárias para dar continuidade ao debate. A Administração Central apresentou nomes dos seus representantes para as comissões,

e em alguns casos sugeriu até prazos para início dos trabalhos.

Embora a minuta do acordo da pauta interna, nos termos redigidos pela Comissão de Mobilização, não tenha sido assinada, o reitor Roberto Leher assinou documento em forma de ata que garante a concretização do compromisso assumido na reunião e que foi entregue à Comissão de Mobilização no dia 9 de outubro.

O documento registra a realização da reunião no dia 21 e que “ficou acordado que todos os 10 itens da referida pauta interna serão discutidos e encaminhados por meio de grupos de trabalho” (comissões paritárias). O texto

informa, ainda, que a Reitoria indicou representantes para cada um dos pontos da pauta e que os trabalhadores indicariam os seus.

“A Reitoria manifestou disposição e confiança de que os debates dos diversos itens produzirão encaminhamentos objetivos que possibilitarão melhores condições de trabalho, valorização da carreira, políticas de formação, aprofundamento da democracia interna na instituição, políticas de saúde, entre outros temas que serão discutidos em profundidade em um Congresso Universitário referenciado no princípio constitucional da autonomia universitária”, finaliza o documento.

Convocação do Sintufjr

A direção do Sintufjr convoca a Comissão de Mobilização para reunião que definirá os nomes dos representantes em cada um dos grupos (ou comissões). A reunião será na quinta-feira, dia 22, às 9h, no salão do segundo

andar da Reitoria. Os nomes serão apresentados ao reitor na sessão do Conselho Universitário que se realizará em seguida à reunião. Compõem a Comissão de Mobilização, por decisão de assembleia, os integrantes do Comando Local de Greve.



Núcleo de Telemedicina e Telessaúde do Servidor é inaugurado na UFRJ

A Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador (CPST) inaugurou, no dia 29 de setembro, o primeiro Núcleo de Telemedicina e Telessaúde do Servidor Público do país, que funciona no próprio prédio da CPST, na Cidade Universitária.

O núcleo oferece inovações tecnológicas graças ao uso da internet e dos recursos de telecomunicação, inclusive dando apoio aos outros núcleos de telemedicina existentes na UFRJ, que estão localizados nas oito unidades hospitalares da universidade.

Melhoria no atendimento – “Através desse núcleo realizaremos muito mais e mais rápido, e com um custo muito menor. Com as distâncias encurtadas, podemos

discutir e aprender com pesquisadores e outros profissionais de todo o mundo sobre as questões que nos interessam e que representam melhoria na qualidade do que podemos oferecer em temas de políticas de saúde do trabalhador na UFRJ”, explica Gláucia Silveira Castro, coordenadora técnico-executiva dos Núcleos de Telemedicina e Telessaúde UFRJ.

Segundo Gláucia, por ser uma unidade criada em uma Coordenação da Pró-Reitoria de Pessoal, o núcleo se situa entre a saúde e a gestão, o que favorece a comunicação institucional, pois funcionará como facilitador da interlocução entre os núcleos e a alta gestão da universidade. “Além

disso, disponibilizará à comunidade universitária, que não possui acesso aos recursos da telemedicina, a possibilidade de utilização do recurso disponível no núcleo para atividades pré-agendadas e de interesse institucional”, acrescenta Gláucia.

Funcionamento – O Núcleo de Telemedicina e Telessaúde do Servidor Público recém-inaugurado funciona por meio de reuniões colaborativas entre pessoas e instituições que discutem a saúde do servidor público sob diversas óticas. No momento o núcleo participa de três grupos de interesse especial (SIGs): SIG Saúde do Servidor Público, coordenado pela CPST; SIG Vacinação, coordenado pelo Instituto de Puericultura e Pedia-

tria Martagão Gesteira (IPPMG) e do SIG Técnico Operacional, coordenado pela Rede Universitária de Telemedicina (Rute). E está recebendo novas propostas de criação de SIGs.

As reuniões ocorrem através de equipamentos de videoconferência e de tecnologia de webconferência. Por esses meios de comunicação são realizados todo tipo de interlocução externa sem necessidade de viajar, como discussão de casos, receber e dar ajuda a equipes de outras instituições, por exemplo.

“É possível, havendo o aumento da equipe, ser feita gravação de aulas a distância com baixo custo de investimento para o público em geral e o específico interessado

na nossa área, e também para os profissionais que necessitam de atualização, mas se encontram em locais afastados dos centros de formação. Portanto, o núcleo pode servir como instrumento de qualificação e integração para profissionais da área de perícia, vigilância e promoção da saúde do servidor público de todo o país”, diz a coordenadora.

Para a utilização do núcleo, é necessário que o interessado represente uma unidade da UFRJ que não possua o recurso da telemedicina. Nesse caso, é só entrar em contato com a coordenação do núcleo para informar seu interesse, motivo e verificar se o recurso realmente atende às suas necessidades.



DIA da inauguração reuniu o superintendente-geral de Planejamento e Desenvolvimento da UFRJ, George Pereira, o coordenador de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ, Edmundo Oliveira dos Santos, a coordenadora do Núcleo, Gláucia Castro, a coordenadora dos Núcleos de Telemedicina da UFRJ, Miriam Struchiner, e o pró-reitor de Finanças da UFRJ, Roberto Gambine

ASSÉDIO MORAL

Tema é discutido em congresso internacional e seminário na UFSC

Foto: Divulgação



COORDENADORES do Sintufrj Delma, Milton, Marli, Maria Sidônia, Márcia e Ana Célia

Perseguição, mobbing, terror psicológico, assédio moral. Esses diferentes termos definem um problema que, infelizmente, a cada dia torna-se mais comum no cotidiano dos trabalhadores dos setores públicos e privados. Por conta disso, dois grandes eventos sobre o tema – o III Congresso Ibero-Americano sobre Assédio Laboral e Institucional e o IV Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho – foram realizados de 8 a 11 de outubro na Universidade Federal de Santa Catarina.

Especialistas internacionais, pesquisadores, sindicatos de diversas categorias, principalmente de trabalhadores de universidades públicas e de servidores de outras áreas federais, estaduais e municipais, e estudantes debateram os inúmeros aspectos do assédio laboral: violação dos direitos humanos, discriminações, consequências para a saúde, ações jurídicas e políticas e práticas preventivas. Os eventos contaram com o apoio do Ministério Público do Trabalho e de movimentos sociais, como sindicatos, federações e centrais sindicais.

Os coordenadores do Sintufrj Ana Célia da Silva, Márcia Cristina Farraia, Milton Madeira, Marli Rodrigues e Delma Dutra se dividiram para participar da intensa programação, que consistiu de minicursos; conferências;

debates; comunicação oral de trabalhos; apresentação de pôsteres, livros, vivências, relatos e experiências de sindicatos.

Carta sindical

Ao final do evento foi lançada a “Carta do Movimento Sindical Brasileiro Presente no III Congresso Ibero-Americano”. Nela, os sindicalistas avaliam a necessidade de criar uma rede nacional sindical para o combate ao assédio moral e a importância da formação política para a prevenção da prática.

Os sindicalistas também assumem na carta o compromisso de fortalecer o debate no meio sindical e construir ações unificadas para o combate ao assédio moral, e denunciam práticas antidemocráticas do Congresso Nacional que ferem a Constituição Federal e as Leis do Trabalho, como, por exemplo, os projetos de terceirização.

Depoimentos

“Ao discutirmos todo tipo de assédio moral, passamos a entender o que é realmente assédio moral. Também foram apontados caminhos para se combater esse tipo de violência praticada por trabalhador contra trabalhador. Sem dúvida alguma o evento foi de grande contribuição para o Sintufrj, que tem como preocupação o combate ao assédio moral dentro da UFRJ”, disse a coordenadora

Marli Rodrigues.

Segundo a sindicalista, as diversas atividades do evento apontaram para as entidades sindicais que é necessário manter a categoria informada sobre o que é o assédio moral e suas consequências, por meio de palestras e distribuição de materiais impressos, como cartilhas, como também é importante criar um canal de denúncia nos sindicatos.

“Foi um evento que trouxe grande enriquecimento sobre o tema e que levou à constatação de que é necessário melhorar a qualidade do atendimento dos trabalhadores que sofrem assédio moral nas unidades da própria UFRJ”, afirmou a coordenadora Márcia Farraia. Segundo a dirigente, é objetivo do Sintufrj fazer um levantamento dos casos de assédio moral na universidade e a partir daí dar atendimento aos assediados, mas “não deixando de lado a discussão sobre a necessidade de punição para o assediador”, ponderou.

“O congresso foi de um nível excelente. Havia especialistas de toda a América Latina com grande acúmulo sobre o tema”, avaliou o coordenador Milton Madeira. Ele acrescentou que “foi interessante perceber a quantidade de profissionais da área jurídica alertando que a questão do assédio nunca é individual e que começa de forma vertical (por exemplo, de um

superior para um subordinado), mas se contamina de forma horizontal (no ambiente de trabalho, quando os colegas passam a olhar a pessoa assediada como problemática e a tratá-la de forma diferente).

Milton acrescentou que a intenção do Sindicato é constituir uma Comissão de Assédio Moral, com acompanhamento de uma psicóloga. “O Sindicato vai acompanhar e tentar fazer a ligação com a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ para realizar um seminário sobre o tema”, antecipou o coordenador.

“Foi um congresso muito rico e importante, porque trouxe à tona todos os campos do assédio, inclusive o aspecto jurídico”, observou a coordenadora Ana Célia da Silva. Para ela, o evento mostrou avanços em diversas instituições que têm se dedicado ao tema. Por exemplo, na Universidade Federal de Minas Gerais, onde o sindicato, que organizou uma explanação muito boa, produziu cartilhas e atua no apoio ao servidor assediado.

Mas, segundo a sindicalista, faltou exemplos de consequências impostas aos assediadores. Na opinião dela, além da punição a quem comete esse tipo

de violência, deve-se pensar também em realizar um trabalho educativo com as pessoas que vão ocupar cargos de chefia para que elas sejam preparadas para liderar e não oprimir.

“Foi um evento ímpar que reuniu representantes de cerca de 10 países. O que observamos é que a questão está sendo tratada hoje como algo muito sério e presente no dia a dia dos trabalhadores de uma forma que a gente não imaginava. E, com base em tudo o que ouvi, irei propor que o debate sobre assédio moral seja implementado na base da UFRJ e o Sindicato, a partir daí, ouça a categoria e passe a oferecer um atendimento intensivo a esse respeito”, disse a coordenadora Delma Dutra.

“Achei todo o evento muito bom. Tanta coisa foi discutida. Foram dias muito intensos. Mas acabei também me sentindo mal ao ouvir os vários relatos pessoais sobre assédio moral feitos no momento do congresso reservado a vivências e intervenções. Casos, às vezes, como os que ocorriam quando eu estava trabalhando mas que, na época, não achávamos que era assédio”, contou a coordenadora de Aposentados e Pensionistas Maria Sidônia dos Santos Lira.

Combater o assédio moral é prioridade para o Sintufrj

O combate ao assédio moral está entre os principais eixos da pauta interna de reivindicações do Sintufrj apresentada à Reitoria. O Sindicato reivindica a consolidação de políticas institucionais permanentes, cursos de capacitação para a categoria sobre o tema, reestruturação da Comissão Provisória para Assuntos de Conflitos e Relação de Trabalho para ampliação do atendimento às vítimas de assédio, com participação de representantes das entidades sindicais, e a consolidação de resolução pelo Conselho Universitário de regras para os casos de assédio moral e de penalidades aos assediadores.

A reivindicação é antiga. Foi levada à Reitoria no acordo da pauta interna da greve passada, assinado pelo reitor Carlos Levi, que se comprometeu com a implementação de uma política de prevenção ao assédio moral, com a criação de um setor qualificado para recepcionar os casos e capacitação de servidores para atuarem contra o assédio.

“Agora a luta é para que tenhamos uma comissão permanente para recepcionar os casos de assédio moral”, disse Francisco de Assis. Ele reivindica ainda que a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador tenha políticas para dar trato ao tema.

Congresso Nacional aprova adesão automática aos planos de previdência

A diretoria do Sintufjr está organizando seminário para discutir o Funpresp, portanto, fique atento para a data, que será divulgada no jornal da categoria e no site da entidade

No dia 7 de outubro, o Congresso Nacional aprovou a adesão automática nos planos de previdência complementar da Funpresp-Exe (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo) para os novos servidores ingressos nos Poderes Executivo e Legislativo Federal. A proposta da adesão automática foi apresentada na Medida Provisória 676/2015, que tem por objetivo a alteração da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os benefícios do regime geral de previdência social.

Vale ressaltar que a adesão continua a ser voluntária. Após a adesão automática, o servidor terá um prazo de 90 dias para desistir da participação e receber as contribuições de volta, com correção monetária. O texto segue para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

Opinião

A Funpresp-Exe publicou, no dia 8 de outubro, no 36º Congresso da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, (Abrapp), realizado em Brasília, o artigo “Adesão automática é política de previdência complementar”, elaborado por Ivan Jorge Bechara Filho, gerente da Gerência Jurídica da Funpresp-Exe, que faz parte da Coletânea de Artigos da Abrapp que engloba “Questões Jurídicas Contemporâneas na Previdência Complementar Fechada” (1.ed – São Paulo: Cejuprev, 2015). O trabalho analisou os fundamentos da adesão automática, baseada na Medida Provisória 676/2015, que tem por objetivo a alteração da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os benefícios do regime geral de previdência social.

A adesão automática inverterá a atual lógica de inscrição do servidor no plano de previdência complementar que conta com patrocínio da União, sem prejudicar a facultatividade do regime. Neste trecho, o artigo esclarece como o servidor poderá ser beneficiado com o novo instituto. “Hoje, para aderir ao plano de benefícios, exige-se do servidor público uma expressa manifestação de vontade, através do preenchimento de um formulário específico. Se, ao ingressar no serviço público, o servidor permanecer inerte, deixando de promover sua inscrição no plano



Foto: Internet

através do protocolo do formulário devidamente preenchido, seu silêncio é interpretado como sendo uma opção por não ingressar no plano de previdência. Isto faz com que ele deixe de receber, mensalmente, no âmbito do plano de previdência, a chamada contrapartida do patrocinador...” O documento na íntegra pode ser conferido na página da Funpresp em “Publicações”.

Adesão automática

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Executivo e do Legislativo (Funpresp) aposta na adesão automática para aumentar o número de participantes. Para isso, a entidade negociou a inclusão de uma emenda à Medida Provisória 676, aprovada pelo Congresso, para que o aprovado em concurso público seja incluído automaticamente no fundo de pensão. O texto segue para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

Quem ingressou na administração pública federal depois de 2013 por meio de concurso e tem uma remuneração superior ao teto do Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 4.663,75, só manterá o salário integral na aposentadoria se aderir à Funpresp. Entretanto, essa adesão é voluntária. Atualmente, a fundação possui 16.400 participantes; outros 25 mil servidores ainda não optaram por contribuir para a entidade fechada de previdência complementar.

Na prática, esses servidores correm o risco de ter uma queda brutal na renda ao se aposentarem pelo teto do INSS. O presidente da Funpresp, Ricardo Pena, explicou que, dos servidores ainda não inscritos na fundação, 16 mil são professores de universidades ou de institutos federais. Sindicatos ligados à categoria têm feito campanhas para que os filiados não façam contribuições ao fundo. Para os sindicalistas, o governo deve arcar integralmente com a aposentadoria.

Correção

Pena detalhou que, com a emenda feita à MP, a taxa de adesão da Funpresp saltaria dos atuais 36% para 80%. Ele ressaltou que o texto prevê que, após a adesão automática, o servidor teria um prazo de 90

dias para desistir da participação e receber as contribuições de volta, com correção monetária. “Nos Estados Unidos, a taxa de participação era de 70%, e, com a adesão automática aprovada no governo Obama, passou para 98%”, disse.

O executivo explicou que propôs a emenda ao deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), que se dispôs a defendê-la. Ele ainda comentou que o servidor, ao aderir ao fundo, passa a ter uma série de benefícios, como seguro contra invalidez. “Já pagamos três pensões por morte. Em um dos casos, o servidor falecido não tinha realizado contribuições, mas, por ter aderido ao fundo, fazia jus à cobertura”, comentou.

Pena admitiu que há risco de a adesão automática ser questionada judicialmente. Isso porque a Constituição Federal prevê que a previdência complementar é facultativa. “No meu entendimento, porém, o princípio está mantido, até porque o participante poderá requisitar o desligamento da fundação. Só invertemos essa ordem. Ele não precisará mais nos procurar para aderir”, afirmou.

Investimentos

Nas contas de Ricardo Pena, a fundação terminará o ano com pelo menos 20 mil participantes. A entidade já possui R\$ 180 milhões em patrimônio, dos quais R\$ 110 milhões em carteira própria, investidos em títulos públicos. Os R\$ 70 milhões restantes são aplicações conduzidas por Banco do Brasil, Caixa, Itaú Unibanco, Santander e Western Asset, grupos que venceram a licitação para gerir os recursos do fundo.

Sob medida – A Funpresp vai criar perfis de investimentos para os participantes, com base no estilo de vida de cada um. Como os servidores têm vários anos de trabalho, será possível decidir por aplicações mais agressivas ou conservadoras, conforme o perfil dos integrantes. Ainda não há data definida para o modelo entrar em operação, mas cada beneficiário do fundo de pensão já tem a sua disposição um extrato mensal com detalhamento dos recursos aplicados e da rentabilidade acumulada.

Insegurança se estende à Praia Vermelha e ao Centro da Cidade

O clima de medo e tensão é um antigo conhecido dos técnicos-administrativos, professores e alunos dos campi da UFRJ. Na semana passada, o Jornal do Sintufrij conversou com a comunidade universitária do campus da Praia Vermelha e de duas unidades isoladas: a Faculdade Nacional de Direito (FND), no Centro do Rio, e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco.

FND

A antiga sede do Senado Federal, onde funciona a Faculdade Nacional de Direito, é um dos locais mais hostis para alunos e trabalhadores da UFRJ. A unidade fica localizada na Rua Moncorvo Filho, em frente ao Campo de Santana, conhecido pelas constantes ocorrências de roubos e furtos no Centro da cidade.

Segundo relatos de frequentadores dos arredores da FND, seis furtos são registrados em média por dia por ali, em dia calmo. De acordo com a aluna de direito Carolina Henning, a melhor forma de tentar coibir ações criminosas é uma mobilização coletiva. “Esse problema não é caso de polícia, e sim de Estado. É uma questão estrutural. O que precisa ser melhorado é a relação entre a universidade e a comunidade. Esses infratores veem a instituição como um polo de opressão”, acredita.

Para a estudante, a discriminação acaba fomentando o aumento de casos de violência. “O problema é que essas pessoas são tratadas como invisíveis. Não me sinto segura porque tem uma viatura de polícia; acho que há outras medidas que poderiam ser pensadas para melhorar a interação entre a instituição e a população de rua, como a implantação de projetos de extensão”, complementou Carolina.

“Essa situação é muito errada, visto que a FND fica há poucos metros da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Cadê os direitos humanos?”, questionou uma outra aluna do 8º período de direito que preferiu não se identificar.

IFCS

Estudantes e trabalhadores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), localizado no Largo de São Francisco, também passam por problemas semelhantes. Moradores de rua e usuários de drogas já são conhecidos por dormirem na calçada da instituição. “A gente até já conhece esses (moradores de

rua) que ficam aqui na porta do IFCS e por isso não temos medo deles, somente dos lá de fora”, disse a estudante Raphaela Gonçalves, aluna do 9º período de história.

Para Letícia Rodrigues, que cursa o 8º período de história, a vontade de estudar é maior que o medo. “Eu trabalho durante o dia. Já cogitei não puxar matérias da

noite, mas não dá. Então eu saio todos os dias por volta das 22h e vou andando até a Central do Brasil. Nesse horário está tudo deserto”.

Praia Vermelha

Em janeiro de 2015, o estudante de comunicação Alex Schomaker Bastos, de 23 anos, foi morto após sair da Escola de Comunicação Social (ECO)

localizada no campus da UFRJ na Praia Vermelha, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. Investigações da Polícia Civil apontaram latrocínio como a causa da morte do jovem, que é o roubo seguido de morte. Ele teria reagido ao assalto. Mas o que mudou de janeiro até agora?

Segundo estudantes e funcionários do campus, cujas aulas de

vários cursos se estendem até as 22h, como na Escola de Serviço Social, nenhuma medida especial de segurança foi adotada após o ocorrido com o aluno da ECO. “Esse ano houve um caso de um grupo de criminosos que invadiu o campus e entrou no prédio do Serviço Social. Aqui não há policiamento e a Diseg (Divisão de Segurança da UFRJ) não tem efetivo suficiente”, disse um técnico-administrativo.

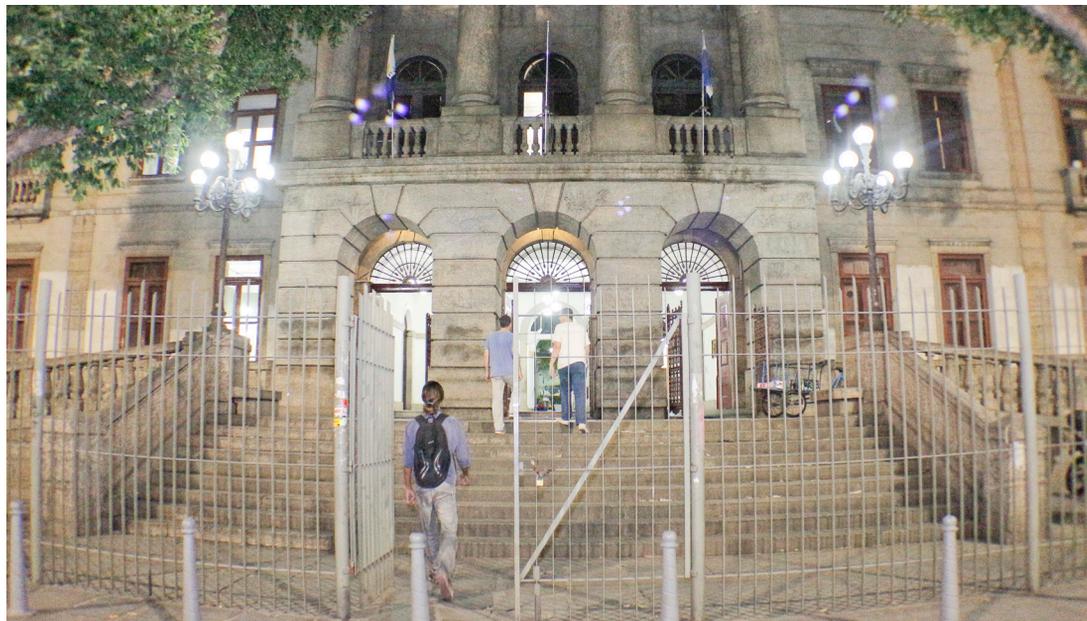
Mas para a estudante de serviço social Andressa Campos, há uma sensação de segurança dentro do campus. “Eu me sinto segura aqui dentro, mas não saio (do campus) sozinha. A gente sempre anda em grupos de ao menos quatro pessoas e tento não mexer no celular”.

Prefeito: segurança pública não é problema apenas da UFRJ



Fotos: Renan Silva

LATERAL do prédio da FND é onde mora o perigo para quem tem que ir até a Central



IFCS: a calçada do prédio se transformou em moradia da população de rua



PRAIA VERMELHA: ponto de ônibus em frente ao Hospital Pinel

Segundo o prefeito da Cidade Universitária, Paulo Mário Ripper, a segurança das unidades não pode ser pensada internamente, uma vez que se trata de uma questão de segurança pública. Segundo ele, a Prefeitura da UFRJ se reúne periodicamente com os comandantes dos batalhões da Polícia Militar para pensar estratégias que visem coibir ações criminosas, tanto na Ilha do Fundão quanto nas unidades espalhadas pelo Centro e no campus da Praia Vermelha. A Divisão de Segurança (Diseg) também participa dessas reuniões e é responsável por transmitir as peculiaridades da instituição para a polícia.

No entendimento do prefeito, a política de segurança não pertence apenas a UFRJ. “Essa é uma questão de segurança pública mesmo e não é do escopo da UFRJ a segurança pública”, frisou.

Investimento em tecnologia

Para tentar minimizar os casos de furtos e assaltos nos campi da UFRJ, a Prefeitura Universitária está investindo em tecnologia. A Ilha do Fundão já conta com cerca de 70 câmeras estáticas de alta definição operadas pela Prefeitura em parceria com a Diseg e o 17º Batalhão de Polícia Militar.

“Essas câmeras são monitoradas 24 horas por dia e contam ainda com aproximação. Elas têm infravermelho, então a visibilidade à noite também é de ótima qualidade”, destacou Paulo Mário Ripper.

Até o fim do ano, a Prefeitura planeja instalar câmeras também no campus da Praia Vermelha, principalmente no ponto de ônibus em frente ao Instituto Philippe Pinel, um dos locais de maior concentração de alunos e funcionários da UFRJ que dependem do transporte público.

Saiba mais a respeito pelo site da Prefeitura da UFRJ.

Muito trabalho na volta à atividade para quem fez greve

Seções de ensino e bibliotecas de grandes centros são alguns setores onde as tarefas se acumularam e exigem dos profissionais empenho e dedicação para pôr em dia o serviço

Na biblioteca do CSS calma só em 2016

Depois de mais de quatro meses de greve, os técnicos-administrativos em educação retomaram, no dia 13 de outubro, suas atividades na UFRJ. Embora as aulas só recomecem no dia 26, o volume de trabalho é grande, principalmente nas seções de ensino. E com a mudança no calendário letivo, as equipes desses setores têm de se reorganizar. Em algumas delas, filas chegam a se formar para o atendimento, mas os estudantes não reclamam, porque apoiaram o movimento.

Na secretaria acadêmica da Faculdade de Farmácia o expediente muitas vezes passa das 20h. Há muitos processos de alunos que ficaram parados e agora têm de ser encaminhados. “Aqui recebemos os documentos para montar o processo e enviar à Divisão de Diplomas. Há todo um trâmite”, explica Izabel Cristina.

“As solicitações de inscrições nas disciplinas aumentaram muito. Aumentou também a matrícula de alunos novos”, conta Janete Souza. Tanto ela quanto Izabel Cristina afirmam que a alteração no calendário acadêmico acabou por provocar uma reorganização do setor devido às mudanças na rotina que já estavam incorporadas ao período acadêmico normal.

Segundo Amina Melo, também da Faculdade de Farmácia, todo início de período letivo o movimento aumenta na secretaria acadêmica, mas devido à greve haverá mais trabalho neste recomeço de aulas. “O nosso trabalho é diversificado. Atendemos para solicitações de dispensa ou exclusões de disciplinas, declarações diversas, acesso ao programa Ciência Sem Fronteiras, etc.” Segunda a técnica-administrativa, durante a greve a equipe se revezou para atender às emergências, como, por exemplo, a de alunos que iriam colar grau e tinham necessidade de apresentar documentação que previa prazo de entrega.

Na seção de ensino da Faculdade de Letras, Tiago Nascimento e Rodrigo da Silva explicaram que pela manhã a procura é grande. “De manhã tem ficado lotado, mas não temos tido reclamação. Os estudantes compreenderam a nossa necessidade de paralisação”, diz Tiago. No entanto, os processos estão acumulados e a equipe tem de dar conta deles. “Vamos ter de fazer outros procedimentos para resolver os processos solicitados”, avalia Rodrigo.

A equipe da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde (CCS) tem muito trabalho pela frente. Devido à greve, o planejamento feito para 2015 não pôde ser cumprido. “Tínhamos planejado para o ano inteiro o inventário do acervo de livros e a organização do setor de periódicos nas estantes. Terminaríamos essa tarefa até o fim deste ano, mas agora estamos programando para finalizar até julho de 2016. Isso se nada de anormal acontecer”, explica a bibliotecária-chefe, Cássia de Deus. Além disso, a equipe terá de fazer hora extra, pois são dois trabalhos bem complexos.

Segundo Cássia, este é o primeiro inventário da biblioteca, que completou 40 anos em 2013. “É uma conquista especial a realização desse trabalho, que é muito complexo”, conta. A chefe substituta, Roberta Galdêncio, informa que, pela magnitude do acervo, foi necessário o reforço de bolsistas, mas que também não puderam ser completamente aproveitados. “Eles participariam sob a supervisão da equipe, mas com a greve isso não foi feito. Apresentamos então outro projeto para renovação de suas bolsas”.

De acordo com as bibliotecárias, o inventário permite avaliar

e conhecer a coleção da biblioteca em seus aspectos físicos e organizacionais. E isso exige muita dedicação da equipe e grande carga de trabalho para que todas as etapas sejam cumpridas satisfatoriamente. No caso da biblioteca do CCS, isso tem de ser feito paralelamente ao atendimento aos usuários. Quem ajuda na tarefa é a estagiária de biblioteconomia Daniela Cranchi.

Uma das mais movimentadas

A Biblioteca Central do CCS é uma das maiores em termos de concentração de cursos. Funciona das 7h30 às 21h e atende às áreas de Medicina, Nutrição, Enfermagem,

Educação Física, Fitoquímica, Farmácia, Odontologia, Química de Produtos Naturais e Biologia. Concentra 61.730 livros, 31.372 teses e dissertações e 4.180 títulos.

Além desse planejamento, a biblioteca tem vários grupos de trabalho que realizam campanhas nacionais da área de saúde determinadas no calendário oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os grupos produzem os materiais e os distribuem aos alunos. As campanhas Outubro Rosa (câncer de mama) e Novembro Azul (câncer de próstata) são exemplos. Mas, por conta da greve da categoria, este ano as campanhas não foram organizadas.



BIBLIOTECA do CCS e as bibliotecárias Cássia de Deus, Daniela Cranchi e Roberta Galdêncio



NA Letras, o movimento maior é pela manhã



NA Farmácia, o expediente entra pela noite